

NOTAS SOBRE O FENÔMENO URBANO NO BRASIL

Pasquale Petrone

As anotações que se vão ler não constituem um estudo sobre as cidades brasileiras mas, simplesmente, algumas idéias, a maioria das quais já bem conhecidas, a respeito da forma como o fenômeno urbano se apresenta no Brasil.

Não é, portanto, pelo menos no seu conjunto, o que se costuma considerar um trabalho original. Seu sentido é, entretanto, o de fornecer alguns pontos de partida para trabalhos de maior envergadura, o que cabe, segundo nos parece, em um Simpósio sobre cidades brasileiras.

Apesar da presença de alguns grandes centros urbanos, em certos casos verdadeiras metrópoles, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, no seu conjunto os quadros urbanos brasileiros são relativamente modestos. Realmente, de conformidade com os elementos do último recenseamento, em 1950, a população do conjunto das áreas urbanas e suburbanas das vilas e cidades brasileiras atingia um total de 18.755.198 pessoas, ou seja, 32% da população total do país. Tal percentagem é relativamente pequena, se comparadas com as que ocorrem em países europeus, ou então, como é mais correto, com outros países novos de grande superfície, a exemplo dos Estados Unidos, Canadá, Argentina e, principalmente, Austrália.¹

Seria um erro, entretanto, tecer considerações em função da acima citada percentagem de 32%. Conforme é amplamente conhecido, no Brasil, vigoram, no referente à definição de cidade e vila, critérios político-administrativos, segundo os quais as primeiras são as sedes municipais e as segundas as distritais. Daí decorre que, na verdade, muitíssimas sedes municipais, sem falar nas distritais, auferem oficialmente condição urbana, sem reunirem, entretanto, um mínimo de características que possam justificá-las como nódulos sedes de funções urbanas. Por outro lado, os critérios de delimitação de zonas urbanas e suburbanas são os mais diversificados, muitas vezes obedecendo apenas interesses de natureza tributária,

1 IBGE — Conselho Nacional de Estatística — *VI Recenseamento Geral do Brasil*, Ano de 1950.

de modo que os elementos estatísticos a elas referentes não correspondem, necessariamente, à real distribuição do fenômeno urbano e suburbano.

Em todo caso, dadas as dificuldades para se obter elementos mais seguros, julgamos ser interessante o ponto de partida utilizado por Aroldo de Azevedo,² segundo o qual, estaremos mais "próximos da realidade se tomarmos como limite mínimo para a conceituação das cidades. . . . a população urbana de 10.000 habitantes". Nessa base é que o autor citado considera a existência, em 1950, de apenas 204 cidades no Brasil, seu efetivo demográfico representando 22% do total brasileiro.

De 1950 aos nossos dias a percentagem acima deve ter se elevado bastante, considerando que a urbanização tem sido ultimamente um dos elementos caracterizadores da evolução brasileira. Por motivos óbvios evitamos estimar a verdadeira percentagem da população urbana brasileira, mas tudo leva a crer que, mesmo passados quase 10 anos do último Recenseamento, ela não deve ser muito superior a 30%. Não é exagero, portanto, afirmar que no conjunto a população brasileira ainda é predominantemente rural, fato que se torna mais nítido se lembrarmos que, conforme veremos, algumas pequenas áreas concentram os principais núcleos de cristalização urbana.

Tendo em vista as condições acima, e o inegável fato de que nos últimos lustros se tem esboçado, com tendência a se tornar sempre mais nítido, um fenômeno de migração rural-urbana,³ cremos seria interessante estudar o processo em plena fase de desenvolvimento, no sentido de enquadrar o fenômeno urbano de evolução recente, ou mesmo nascente, dentro dos quadros mais amplos de planejamento e orientação para uma utilização mais adequada do espaço brasileiro.

O caráter relativamente modesto do fenômeno urbano brasileiro nos leva, inevitavelmente, à consideração de um anti-urbanismo brasileiro, responsável, no conjunto da evolução do país, pelo predomínio dos efetivos rurais sobre os urbanos.

Não parece haver dúvidas sobre a existência de um anti-urbanismo durante o período colonial — e boa parte do período de soberania — fato já destacado algumas vezes por vários autores. Assim é que em sua obra sobre as vilas e cidades do período colonial, Aroldo de Azevedo julgou necessário não encerrar suas considerações sem um aceno ao problema do anti-urbanismo colonial, terminando,

2 AZEVEDO, Aroldo de — *Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim n° 208, Geografia n° 11, S.Paulo, 1956, págs. 5 e 6.

3 Ver especialmente: ALMEIDA, Vicente Unzer de e MENDES SOBRINHO, Octávio Teixeira — *Migração Rural-Urbana*, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, São Paulo, 1951; CAMARGO, José Francisco de — *Êxodo Rural no Brasil*, Faculdades de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Boletim n° 1, São Paulo, 1957; BARROS, Souza — *Êxodo e Fixação*, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1953.

embora, por lembrar que o fenômeno não deve ser exagerado, principalmente porque, guardadas as devidas proporções, o fenômeno urbano existia e, de resto, como em todo o mundo, a evolução urbana é fenômeno recente, apenas sendo mais recente no Brasil que em algumas outras partes.⁴

Acreditamos que seria interessante aprofundar o problema apresentado por Aroldo de Azevedo, no sentido de melhor aquilatar da procedência da consideração de um anti-urbanismo colonial e, em caso positivo — o que, repetimos, é praticamente indubitável — defini-lo melhor com a verificação de suas verdadeiras proporções.

Partindo-se da premissa que, mesmo sem ter sido muito exagerado, houve um anti-urbanismo no período colonial, e que o enraizamento da população se fez basicamente em função da organização de espaços agrários, seria interessante verificar em que condições e quando tal situação começou a modificar-se, e quais as principais decorrências desse processo de modificação. Em última análise, verificar quando se iniciou no Brasil — exceção do caso de Minas Gerais e das "ilhas" litorâneas de povoamento, o processo de urbanização como fato paralelo ao a organização do espaço brasileiro.

De qualquer forma, parece-nos que a expansão das culturas comerciais para o interior, a partir das franjas litorâneas, ampliando demasiadamente a retro-terra dos núcleos portuários e condicionando a criação de centros, mercados regionais ou locais, necessários nódulos de articulação do intercâmbio comercial; a evolução de muitas áreas, do sistema de economia fechada para o de economia aberta, em parte consequência do fato anterior; a abertura de novas frentes econômicas; a intensificação da circulação, tanto a ferroviária quanto, mais recentemente, a rodoviária; o desenvolvimento da indústria de oficina ou de fábrica, com paralelo decréscimo das atividades de natureza doméstica ou tipicamente artesanal; a criação de uma classe média que se foi definindo melhor com a industrialização e a imigração, foram alguns dos fatores que trouxeram condições favoráveis para o incremento do fenômeno urbano.

Ao referir-se às cidades dos países novos, particularmente do continente americano, Pierre George⁵ lembra que nesses países a civilização material é de base urbana, sendo a cidade, freqüentemente, uma forma primária, ponto de partida para a colonização rural. Não parece difícil perceber que o Brasil, no seu conjunto, fugiu a essa característica, dado que, com poucas exceções, o povoamento foi antes de mais nada rural, tendo as cidades surgido como consequência das necessidades político-administrativas comerciais e religiosas, criadas por esse povoamento.

Uma especial menção como exceção merece a região geo-econômica paulista, dentro da qual, especialmente nos últimos cinquenta anos, a cidade constituiu-se, freqüentemente, em ponto de partida para a ocupação das áreas rurais. Na pior das hipóteses, formas de organização do espaço urbano e rural surgiram ao mesmo

4 AZEVEDO, Aroldo de — *Obra citada*, pág. 83 e seg.

5 GEORGE, Pierre — *La Ville, Le fait urbain através le monde*, Presses Universitaires, Paris,

tempo. Nesse sentido, são interessantes os estudos relativos às áreas pioneiras, a exemplo do trabalho de Pierre Monbeig.⁶

É relativamente comum ouvir-se falar em rede urbana brasileira, da mesma forma que se fala em rede urbana britânica ou do continente africano. Seria interessante perceber até que ponto o fato é verdadeiro para o caso brasileiro.

Entendemos ser possível a consideração da rede urbana quando o fenômeno urbano se reparte por unidades (centros urbanos) participantes de conjuntos organizados hierarquicamente e mantendo entre si uma vida de relações mais ou menos intensa, possibilitada por uma rede de circulação mais ou menos densa. Em um território vasto como é o brasileiro, ainda escassamente utilizado e, com uma população que se distribui de modo muito irregular em conjuntos de áreas mais ou menos "ilhadas" pela precariedade dos instrumentos de circulação, torna-se difícil aceitar a existência de um rede urbana. Na melhor das hipóteses seria possível falar em redes urbanas.

Em trabalho já citado anteriormente, Aroldo de Azevedo, lembra que dos 204 núcleos com mais de 10.000 habitantes, 95% concentravam-se em apenas três regiões brasileiras, o Sul, o Leste e o Nordeste e que, somente a região Sul abrigava 45% do total (com 92 cidades), destacando-se o estado de São Paulo com suas 56 cidades (representando 27% do total brasileiro).⁷

Dados como os citados acima, aliados a uma observação de um mapa da distribuição dos centros urbanos brasileiros, permitem-nos fazer as seguintes considerações:⁸ 1) Em vastíssimas áreas do país, compreendendo praticamente toda a região Norte e a Centro-Oeste, e ainda grandes extensões do Meio-Norte, do Oeste e extremo Sul da Bahia, do Norte do Espírito Santo, Noroeste de Minas Gerais, Oeste do Paraná e Santa Catarina, o fenômeno urbano ou é inexistente, ou sem expressão, ou ainda, vê-se representado por unidades relativamente isoladas, de modo a tornar difícil a consideração de uma verdadeira rede urbana; 2) Na maior parte do Nordeste Oriental (excluída a faixa litorânea),⁹ em quase todo o estado da Bahia,¹⁰ assim como no Norte e Oeste de Minas Gerais e nos estados de Paraná e Santa Catarina, embora rala, já se percebe a formação de uma rede urbana, pelo menos esboçada, com tendência a se definir melhor paralelamente ao aumento das densidades de população e ao desenvolvimento econômico regional; 3) no Sudeste do país, abrangendo principalmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e mais o Centro, o Sul e a Zona da Mata de Minas Gerais, o Sul do Espírito Santo, o Norte do Paraná, e ainda no Rio Grande do Sul e em zonas litorâneas esparsas (Nordeste,

6 MONBEIG, Pierre — *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Librairie Armand Colin, Paris, 1952.

7 AZEVEDO, Aroldo — *Obra Cilada*, pág. 6.

8 IBGE — Conselho Nacional de Geografia — *Atlas do Brasil, Geral e Regional, População Urbana* — 1950, comentários de Ruth Lopes da Cruz Magnanini.

9 MELO, Mário Lacerda de — *Tipos de localização de cidades em Pernambuco*, mimeografado

10 SANTOS, Milton — *Zonas de influência comercial no estado da Bahia*, in "Estudos de Geografia da Bahia". Universidade da Bahia, 1958, pág. 25 e seg.

por exemplo), já existem, bem definidas, redes urbanas que, no caso do Sudeste formam um só e expressivo conjunto. Elas correspondem a áreas mais densamente povoadas e, principalmente, de maior desenvolvimento econômico, principalmente industrial. São também, como é compreensível, as áreas de mais densa e orgânica rede rodo-ferroviária do país.¹¹

O fenômeno urbano, no Brasil como na maioria das antigas áreas coloniais, surgiu, conforme é sabido, em função da presença do europeu. Compreende-se, daí, que tenha se expandido de conformidade com a marcha do povoamento provocada pelo elemento europeu. Daí decorre que, em vista do povoamento ter partido do litoral em direção ao interior, as mais antigas cidades são as litorâneas,¹² tendo sido periférico o esboço das redes urbanas. Sob esse aspecto o caso brasileiro assemelha-se ao de áreas como a Austrália, ao continente africano e, mesmo, ao norte-americano.

A simples observação de uma carta recente da distribuição da cidades brasileiras demonstra que o caráter periférico do fenômeno urbano brasileiro ainda é muito nítido na atualidade, mesmo levando-se em consideração as cunhas representadas pelas cidades paulistas e por casos menos expressivos do Nordeste, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tal fato nos faz distinguir o Brasil de outros países novos de grande superfície onde o processo de urbanização teve as mesmas características iniciais, porém evoluiu mais rapidamente para o interior; é o caso dos Estados Unidos, onde o povoamento, o desenvolvimento econômico e a circulação permitiram forte interiorização do fenômeno urbano, pelo menos a partir do Atlântico até o Mississipe.

Não é exagero afirmar que no Brasil coexistem, se não se opõem, uma área litorânea de civilização material urbana, ou pelo menos de significativa presença urbana, e uma interiorana, ainda tipicamente rural. O contraste merece, segundo nos parece, ser levado em consideração quando se pensa na "conquista" das áreas centrais do país e, particularmente, quando dentro desse processo de conquista, se enquadra o problema da mudança da capital federal para o planalto central. Tal consideração ainda mais se justifica se nos lembrarmos que o caráter periférico do fenômeno urbano brasileiro identifica-se com o caráter periférico da distribuição da população, com o das áreas economicamente mais desenvolvidas em contraste com as subdesenvolvidas do interior, fatos todos definidores de uma situação de colonialismo que perdura, com o país voltado quase inteiramente para o exterior.

Sendo o Brasil um "país novo", da mesma forma que a Argentina ou a Austrália, os Estados Unidos ou o Canadá, é natural que o fenômeno urbano nele se apresente com características decorrentes desse fato. Comparados cornos centros urbanos europeus, da Ásia Menor ou Oriental, ou do Norte da África, os brasileiros são relativamente recentes. No Brasil nem mesmo tivemos, como nos planaltos do

11 Leia-se AZEVEDO, Aroldo de — *Obra citada*; PETRONE, Pasquale — *O Homem Paulista*, in "Boletim Paulista de Geografia", n°23, São Paulo, julho de 1956, págs. 39 a 77; GEIGER, Pedro Pinchas—*Exemplos de hierarquia de cidades no Brasil*, in "Boletim Carioca de Geografia", Ano X, n° 3 e 4, 1957, págs 5 a 15

12 AZEVEDO, Aroldo de — *Obra citada*.

México, Peru ou Bolívia, exemplos pré-colombianos de aglomerados urbanos. Por outro lado, a própria idade do povoamento europeu não pode servir de base, tendo em vista o quanto já foi dito em relação ao anti-urbanismo do período colonial e que a generalização do fenômeno de urbanização é bem recente, datando principalmente dos últimos cinquenta anos. Nessas bases, compreende-se que os aglomerados urbanos brasileiros devem, no seu conjunto, diferenciar-se daqueles característicos das áreas de velhas civilizações, embora possuam, como não poderia deixar de ser, algumas características basicamente européias, particularmente ibéricas, dado que a instituição urbana foi um dos frutos da europeização do país.

De um modo geral, embora não se caracterizem pelo crescimento monolítico comum às cidades dos Estados Unidos, os centros urbanos brasileiros evoluíram, em razão de sua idade relativamente tenra, dentro de fases pouco diferenciadas, para os mais velhos centros é possível distinguir, mais nitidamente, uma fase colonial e uma ou duas fases posteriores. Mesmo grandes e velhos centros, a exemplo de São Paulo, tem seu crescimento caracterizado por poucos períodos realmente distintos.¹³ Daí decorre que no conjunto do espaço urbano das cidades brasileiras não é muito freqüente a percepção de áreas cujos aspectos marquem as características residuais de fases típicas de seu passado. No máximo, e como é natural, para uma parcela pequena de cidades, é possível falar no "velho núcleo colonial", como falamos, guardadas as devidas proporções, em "velho núcleo medieval" para muitos centros europeus.

Todavia ao se tratar de aspectos como esses, é preciso lembrar que a evolução mais recente das cidades brasileiras se fez dentro de um período em que a renovação dos fatos da civilização material se verifica com grande rapidez, e dentro de um país onde, em certas áreas, os fatos demográficos e econômicos, assim como os sociais, caracterizam-se por uma extraordinária mobilidade no tempo e no espaço. Daí o paradoxo de um pleno "país novo", não serem raras as "cidades velhas" das "zonas velhas", quando não as "cidades mortas" das zonas decadentes. Tributo pago à mobilidade acima citada mas, também, talvez, à inevitável seleção que se verifica na utilização de áreas novas, com sucessão de tentativas e talhas comuns no processo.

Poder-se-ia concluir que em face do caráter recente de seu desenvolvimento, as cidades brasileiras deveriam apresentar-se com o espaço urbano organizado de modo adequado às condições mais recentes de vida urbana satisfatória. Tal fato parece não se verificar na maioria dos casos.

O problema dos fatores que contribuíram para o surgimento de cidades brasileiras já foi tratado de forma exaustiva por Pierre Deffontaines e Aroldo de Azevedo,¹⁴ e por Rubens Borba para as cidades do estado de São Paulo.¹⁵ Aroldo

13 Veja-se o estudo dirigido por Aroldo de Azevedo, *A Cidade de São Paulo* (Estudos de Geografia Urbana), 4 vol., Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1958.

14 DEFFONTAINES, Pierre — *The origin and growth of the Brazilian network of towns*, in "Geographical Review", vol. XXVIII, Nova York, 1938; AZEVEDO, Aroldo de — *Embrões de cidades brasileiras*, in "Boletim Paulista de Geografia", n°25, março 1957, São Paulo, pág. 31 a 69.

de Azevedo, particularmente, abordou, em feliz estudo, o problema dos embriões das cidades brasileiras. Assim, segundo este último, os lugares fortificados e postos militares, as aldeias e aldeamentos de índios, os arraiais e corrutelas, os engenhos e usinas, as fazendas e os bairros rurais, os patrimônios e núcleos coloniais, os pousos de viajantes e estações ferroviárias seriam os principais embriões de cidades. Cabe lembrar, entretanto, que se os núcleos urbanos surgiram em função de um ou outro dos fatores citados acima e freqüentemente puderam se desenvolver em função dos próprios elementos que lhes deram origem, mais recentemente o fenômeno urbano brasileiro, como é comum em países novos de rápido crescimento, tornou-se um fato de especulação. Particularmente onde o fato urbano é mais significativo — veja-se o caso do estado de São Paulo, onde a população urbana já representa quase a metade da população total—ele reflete a livre iniciativa e a livre concorrência, crescendo como fruto de empreendimento antes de mais nada capitalista. A grande cidade, especialmente, é um negócio em que estão em jogo vultosos interesses financeiros; estes não só se aproveitam das tendências ao agigantamento de alguns aglomerados mas, também, chegam a criar situações mais ou menos forçadas e artificiais de desenvolvimento, a exemplo do que se verifica em São Paulo, em Porto Alegre, Rio de Janeiro e até mesmo em cidades do interior paulista. Em muitos casos o interesse especulativo preside o próprio aparecimento dos núcleos, como pode ser observado especialmente na criação de muitos patrimônios leigos dos estados de São Paulo e Paraná, ou de centros de áreas de colonização nos estados do Sul do país.

Tais fatos, pelo menos no referente às cidades maiores, talvez possam explicar, em parte, o caráter desordenado da organização do espaço urbano, dado que esta se fez em função de interesse particulares nem sempre bitolados por órgãos que deveriam enquadrá-los dentro dos interesses da coletividade.

Surgindo algumas vezes como decorrência de iniciativas de caráter especulativo, e freqüentemente desenvolvendo-se nas mesmas bases, o fenômeno urbano em certos casos como que se adianta em relação ao desenvolvimento das áreas rurais próximas, com as quais mantém ou deveria manter intensa vida de relações. Daí decorre uma certa instabilidade do fenômeno. Tal instabilidade transparece também, entretanto, quando quadros rurais e urbanos evoluem dentro das mesmas bases, maciçamente. É que neste caso, a instabilidade das condições de conquista econômica do espaço agrário freqüentemente acaba por repercutir no desenvolvimento dos centros urbanos.

Em virtude dessa instabilidade, as cidades brasileiras às vezes são marcadas por rápido e desordenado crescimento, outras vezes destacam-se por fases de estagnação ou decadência que conhecem. Freqüentemente essas bruscas rupturas

15 MORAIS, Rubens Borba de — *Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII*, in "Geografia", Ano I, n= 1, São Paulo, 1935.

do processo de evolução verificam-se em poucos anos. É como se a evolução das cidades brasileiras também se caracterizasse pelos "ciclos", acompanhando o desenvolvimento mais típico do fenômeno econômico brasileiro. Da mesma forma que tem influído nas mutações dos quadros de povoamento, a instabilidade dos ciclos econômicos tem feito com que os centros urbanos se ressintam em particular modo nas suas funções, na organização dos quadro sociais que abrigam, no efetivo e composição de seus habitantes. Talvez ainda uma conseqüência do caráter de país novo, e da relativa pobreza de quadros regionais bem definidos e estabilizados.

Observando-se uma carta da distribuição dos centros urbanos brasileiros, não é difícil perceber que algumas partes do país parecem ter favorecido não apenas a formação de grandes aglomerados urbanos mas, também, de verdadeiras metrópoles e suas respectivas "áreas metropolitanas". A zona de desembocadura do Beribere e Capibaribe,¹⁶ a margem direita da foz do rio Pará,¹⁷ a baía de Guanabara,¹⁸ o planalto paulistano,¹⁹ a zona da margem esquerda do Guaíba,²⁰ e mesmo a relativamente acanhada baixada santista²¹ encontram-se nesse caso. Outras, talvez menos significativas, poderiam ser citadas, a exemplo da baía de Todos os Santos ou de Belo Horizonte e áreas contíguas.

São todas áreas para as quais talvez se possa Mar na presença de uma verdadeira "vocaçao urbana". Nas regiões a eu pertencem foram aproveitadas desde os primórdios da colonização e, em certos casos, como o da baixada santista, em bases antes de mais nada urbanas.

Provavelmente será nessas áreas que se definirão melhor os quadros paisagísticos marcadamente urbanos, com todas as suas implicações, notadamente demográficas, econômicas e sociais.

A respeito dessas áreas conviria notar pelo menos dois fatos que julgamos merecedores de maior atenção. Em primeiro lugar, vale lembrar que nos casos mais expressivos, trata-se, ainda uma vez, de fenômenos ligados à fachada litorânea do país. Aparentemente tal fato se explica na base de uma renovação de técnicas de organização econômica e social que se verifica — na esteira do que sucedeu com o povoamento — da periferia para o centro. A renovação econômica que se está verificando no país, por exemplo, elemento importantíssimo no aceleração do processo de urbanização, se faz de preferência a partir da fachada litorânea, tendo

16 MELO, Mário Lacerda de — *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*, Guia de excursão n° 7, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1958, págs. 28 1 57; CASTRO, Josué de — *A Cidade do Recife*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1954.

17 Observe-se a concentração urbana da área bragantina.

18 PINTO, L. A. Costa e BORGES, T.P. Accioly — *O Comércio Metropolitano do Distrito Federal*, SENAC, Rio de Janeiro, 1957.

19 *A Cidade de São Paulo*, estudos de Geografia Urbana, Obra citada.

20 ROCHE, Jean — *Porto Alegre, metrópole do Brasil Meridional*, in "Boletim Paulista de Geografia", n° 19, São Paulo, março 1955, pág. 30.

21 PETRONE, Pasquale — *A Cidade de Santos*, in Guia n° 3, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Rio de Janeiro

em vista as condições mais favoráveis de infra-estrutura econômica que aí encontra.

Em segundo lugar, torna-se interessante anotar a presença de áreas tipicamente urbanas, ou em via de se-las, dentro de um país onde, no conjunto, o fenômeno urbano é relativamente pobre. Embora o Brasil não se apresente, como único exemplo nessas condições, e nem mesmo como o mais expressivo, dados casos como o da Argentina, Austrália ou Uruguai, o fato não deve deixar de preocupar, tendo em vista o que representa como elemento de contraste em face de quadros rurais não satisfatoriamente desenvolvidos.

Não acreditamos que a macrocefalia do tipo da já existente no estado de São Paulo (4.000.000 de habitantes na capital, em um total de 12.000.000), ou do que se está esboçando em vários estados (Pernambuco, por exemplo), traga necessariamente más conseqüências. Entretanto, acreditamos que suas repercussões serão prejudiciais, caso ao grande desenvolvimento das metrópoles não se acompanhe, paralelamente, um desenvolvimento das áreas rurais. Um aumento da produtividade agrícola na base de menor número de mão de obra e na base da motorização e racionalização das atividades, pode permitir um maior desenvolvimento dos centros urbanos, particularmente na base da industrialização. Nesse caso a enorme concentração representada pelos grandes aglomerados, em face da relativa diminuição da população rural não significa, necessariamente, desequilíbrio.

Em todo caso, cremos que a consideração da existência dessas áreas de vocação urbana não pode deixar de ser aproveitada em estudos de conjunto para melhor orientação do desenvolvimento demográfico e econômico do país.

Resultante de uma acomodação a condições de um país novo, não suficientemente conhecido, dentro de um processo de tentativas e erros, desperta-nos a atenção os casos da presença, especialmente na faixa litorânea, de cidades irmãs, na falta de melhor designação, ligadas sempre pela idade aproximada, e correlacionadas pelas influências mútuas exercidas na evolução de cada uma. Referimo-nos especialmente a casos como os de Olinda-Recife, Espírito Santo-Vitória, São Vicente-Santos. De certa forma, guardadas as suas peculiaridades, o caso de Santo André-São Paulo assemelha-se aos citados.

As primeiras características da formação das referidas cidades irmãs poderiam ser assim sintetizadas: 1) em todos os casos elas compreendem a presença de um núcleo mais antigo, o primeiro criado com a colonização em cada uma das áreas consideradas; assim nos exemplos citados, os mais antigos são respectivamente Olinda (vila em 1537), Espírito Santo (vila em 1551), São Vicente (vila em 1532).²² 2) Em todos os casos, em local próximo a cada um dos núcleos mais antigos, surgiram em seguida outros, no caso respectivamente, Recife, Vitória e Santos. 3) Embora cada processo guardasse características peculiares, em todos os casos tivemos uma primeira fase em que o núcleo mais antigo desenvolveu-se mais rapidamente, transformando-se em verdadeiro centro de dispersão das atividades ligadas à colonização de cada uma das áreas consideradas. Em uma segunda fase,

22 AZEVEDO, Aroldo de — *Vilas e Cidades do Brasil colonial* — Obra citada.

os núcleos mais recentes acabaram por vencer os primeiros quanto ao desenvolvimento, relegando-os à condição de centros secundários. 4) Os núcleos mais antigos conheceram fases de estagnação e até mesmo de decadência, voltando a se desenvolver, em grande parte, devido às repercussões que neles se fizeram sentir, do próprio crescimento dos mais recentes; passam, desse modo, a serem aglutinados pela expansão das áreas urbanas destes últimos. 5) O processo, tal como podemos verificar, define-se com a coagulação urbana dos dois núcleos, o mais antigo, entretanto, tornando-se praticamente subúrbio, importante embora, do mais recente, participam ambos do mesmo organismo urbano, embora continuem autônomos do ponto de vista político-administrativo.

Os casos do tipo definido acima nos parecem significativos porque, regra geral, verificaram-se nas áreas de vocação urbana a que fizemos alusão. Esses exemplos indicam que não houve propriamente falta de acerto na escolha das áreas, como pontos de apoio para um processo de colonização, mas apenas uma acomodação dentro de cada uma delas, com uma seleção de sítios mais adequados, especialmente portuários.

De certo interesse, embora não muito numerosos, são os casos de cidades conjugadas. O exemplo mais significativo, porque praticamente reúne duas áreas de vocação urbana, é o de São Paulo-Santos, mas sugestivos são, também, os casos de Curitiba-Paranaguá e o de Campina Grande com João Pessoa e Cabedelo. A presença das cidades conjugadas nos leva à correlação do fenômeno urbano com o caráter predominantemente quente e úmido do país.

A duplicidade de nódulos urbanos dentro de um mesmo grande e complexo organismo, um em área de planalto, geralmente centro de articulação com a retro-terra mais distante, outro no litoral, caracterizado pela sua função portuária, se impôs, em alguns casos, como solução para unidades de povoamento que viviam das relações com o exterior mas que procuravam encontrar nos planaltos, dentro do possível, condições climáticas consideradas mais satisfatórias.

Convém frisar, todavia, que são relativamente numerosos os casos de grandes aglomerados situados a beira-mar, dentro de condições nitidamente tropicais, como percentagens expressivas de elementos brancos. Bastaria lembrar exemplos como o do Rio de Janeiro ou de Recife. Mesmo no caso em que a população apresenta-se com contingentes brancos pouco significativos, a presença de organismos urbanos de grande porte em área tipicamente tropical constitui exemplo da possibilidade de fixação de civilização material de cunho ocidental (européia), embora ainda não totalmente satisfatórios, tendo em vista que em regra são litorâneos.

O espaço urbano, mesmo o das cidades maiores, regra geral apresenta-se organizado de modo relativamente simples. O caráter freqüentemente monolítico

do crescimento, especialmente nas cidades cogumelos de áreas pioneiras, resultou numa certa continuidade no conjunto do espaço de cada cidade.

Pondo-se de lado, com reservas, as cidades que já apresentavam desenvolvimento apreciável no período colonial, geralmente os planos são regulares, com predominância do ortogonal, em tabuleiro de xadrez. Nesse sentido há uma certa identidade entre as cidades brasileiras e aquelas de outras partes do continente, mesmo anglo-saxônicas. Entretanto, enquanto na América anglo-saxônica o tabuleiro de xadrez dominou em consequência do processo global de utilização orientada de terras novas,²³ na América espanhola foi decorrência de determinações oficiais que presidiram à formação de todos os núcleos novos — de tal forma que podemos encontrar as mesmas normas no plano da parte central de Los Angeles e no de Buenos Aires — no Brasil o sistema parece ter dominado em parte ter dominado em parte por tradição e em grande parte porque mais simples e fácil de ser traçado. A tradição parece ter sido importante em virtude de termos, no caso brasileiro, alguma coisa de semelhante com o caso das áreas de antiga colonização espanhola.²⁴

Nas grandes cidades, a simplicidade e caráter geométrico do plano continuam a prevalecer em suas diferentes partes, inexistindo entre as referidas partes, entretanto, qualquer organicidade. Daí decorre o caoticismo de conjunto em planos como o de São Paulo ou Rio de Janeiro, para ficarmos nos maiores aglomerados.

O espaço urbano divide-se em áreas mais ou menos nítidas, melhor definidas para as cidades maiores. As áreas centrais, a "cidade", abrigam uma atividade poli-funcional, dominando a comercial varejista, a político-administrativa, além da presença de escritórios, consultórios, bancos, oficinas e ateliês, e da igreja, freqüentemente um dos importantes pólos centrais, mais expressivos nas cidades menores. O centro é ponto de irradiação dos meios de circulação urbana, dando ao aglomerado um caráter geralmente mono-nuclear. nas pequenas cidades a área central freqüentemente é também residencial. Nos grandes centros litorâneos, e especialmente nas cidades paulistas, o arranha-céu está se tomando símbolo do desenvolvimento urbano, algumas vezes satisfazendo imperiosas necessidades locais, outras vezes constituindo elemento de prestígio econômico ou mesmo servindo de elemento de destaque na emulação conseqüente da rivalidade entre núcleos vizinhos.

Nas grandes cidades pode ser distinguido o anel periférico ao centro, de deteriorização. Não são, entretanto, típicos e comuns como nas cidades norte-americanas. Nessa área periférica encontram-se as atividades atacadistas, que se situam junto ao porto nas cidades litorâneas e junto a uma ou mais importantes saídas nas cidades menores.

23 Leia-se TAYLOR, Griff — *Geografia Urbana*, Labor, Barcelona

24 Tomamos conhecimento da existência de uma orientação para o planejamento das cidades portuguesas nas terras de colonização, em palestra efetuada por Alice Piffer Cannabrava, no decorrer da realização do I Congresso Brasileiro de Geógrafos, Ribeirão Preto, julho 1954. Por outro lado, percebemos, em todas as iniciativas oficiais para criação de centros urbanos, a preocupação do tabuleiro de xadrez; veja-se, por exemplo, os casos de São Luiz do Paraitinga, de Ararapira, de Franca, do Crato, ou mesmo da parte central antiga do Rio de Janeiro.

As áreas residenciais escalonam-se em face da condição financeira de seus habitantes, em bairros ricos, médios e pobres, até as favelas, mocambos ou cortiços. Diferem, todavia, das cidades americanas do norte, embora não sempre, pela ausência de uma distinção bem definida pela origem nacional ou étnica de seus habitantes.

Zonas industriais dispõem-se ao longo dos eixos de circulação ferroviária particularmente, ou junto às áreas portuárias. Em pouquíssimos casos, como acontece em várias partes da cidade de São Paulo, junto a centros portuários como Santos, Rio de Janeiro ou Recife, ou em cidades-usinas do tipo de Volta Redonda, as atividades industriais tem papel de destaque dentro dos aspectos paisagísticos dos quadros urbanos.

Os subúrbios, também comuns nas cidades maiores, ligados a eixos ferroviários ou rodoviários, repartem-se em áreas dormitórios, ou então em áreas industriais e embrionariamente em residenciais de luxo, fato este possibilitado pela motorização da circulação urbana.

Em país de urbanização ainda pouco expressiva, os fenômenos de conurbação apresentam-se em número relativamente pequeno, porém nem por isso inexpressivos. Recife, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e Porto Alegre são os mais significativos. Grandes organismos, poli-nucleares em razão do aglutinamento de núcleos menores vizinhos, abrangendo áreas de duas ou mais circunscrições político-administrativas, ainda não mereceram uma consideração mais acurada dos poderes públicos, no sentido de dispô-los de uma orientação orgânica, entrosando-os no seu desenvolvimento e na solução de seus problemas. Impõe-se sempre mais, conforme já afirmamos a propósito de São Paulo²⁵, a criação de órgãos administrativos em plano superior ao das atuais prefeituras. O modesto, não ainda satisfatório, mas sugestivo exemplo do A.B.C. (Santo André, São Bernardo e São Caetano) poderia servir de ponto de partida para medidas mais objetivas nesse sentido.

Alguns aspectos referentes às partes das cidades brasileiras parecem mostrar como a sua gênese está ligada a fatos de natureza rural. Assim é que os bairros geralmente tiveram sua definição mais autêntica no processo de expansão dos centros urbanos em áreas rurais, abrangendo o que foi inicialmente bairro rural. A própria expressão "cidade", em muitos casos utilizada para o centro do núcleo urbano, revela a permanência de um hábito, de uma época em que o atual centro confundia-se efetivamente com o núcleo urbano.

Embora de crescimento geralmente monolítico e de planos predominantemente geométricos, fatos que contribuem para que vingue uma certa monotonia de aspectos, as cidades brasileiras em certos casos chegam a chocar pelos contrastes que apresentam. Nesses contrastes, que às vezes marcam vigorosamente

25 PETRONE, Pasquale — *A Cidade de São Paulo no século XX*, in "São Paulo, estudos de Geografia Urbana", trabalho dirigido por Aroldo de Azevedo, VV vol., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.

os aspectos fisionômicos das cidades brasileiras, percebe-se quase sempre as decorrências de oposições de natureza econômica e social, atenuadas, mas não inexistentes, nas grandes cidades, pela recente definição de uma classe média relativamente numerosa.

À dualidade "casa grande e senzala", implicando ao mesmo tempo oposição e complementação de quadros sociais e econômicos nas áreas rurais, "sede e colônia" das zonas de cultura cafeeira do Sul, sucedeu a dualidade "sobrados e mucambos", ou "arranha-céus e favelas", ou ainda, "vilas e cortiços". Todo um processo envolvendo fenômenos de urbanização em várias partes do país, e em épocas diferentes, com paralelos reajustamentos de quadros sociais e econômicos, sugestivamente observados, para o Nordeste açucareiro, por Gilberto Freire²⁶.

Não atingindo as proporções dos contrastes de mesma natureza, comuns em cidades de áreas coloniais dos trópicos, eles chocam, entretanto, pelo que representam e significam em um país onde certos aspectos decorrentes de sua situação colonial passada já deveriam estar bastante atenuados. Seria preciso verificar até que ponto os referidos contrastes, bem marcados nas paisagens urbanas, correspondem, também, a especiais condições étnicas das populações urbanas.

Em território extenso quanto o brasileiro, onde as diversificações regionais criadas pelo homem são bastante grandes, o fenômeno urbano apresenta-se, naturalmente, com peculiaridades próprias em cada uma das regiões, algumas vezes chegando a constituir verdadeiras famílias de tipos de cidades. É que as características dos quadros urbanos refletem, de modo mais ou menos acentuado, as condições do quadro natural e, necessariamente, a antiguidade e formas do povoamento, as bases das organizações do espaço econômico, os tipos de grupos humanos e suas características sociais.

É muito cedo, evidentemente, para tentar uma classificação dos tipos de cidades brasileiras, dada a relativa escassez de estudos particulares de natureza geográfica. Entretanto, em alguns casos já se toma possível esboçar alguma distinção. cremos, conforme já afirmamos outra vez,²⁷ ser possível distinguir uma família de cidades de tipo paulista.

Comuns dentro dos limites do estado de São Paulo, elas são numerosos em outras unidades pertencentes à região geo-econômica paulista, vez ou outra surgindo em áreas mais distintas das citadas. Identificando-se com a grande família de cidades de tipo americano,²⁸ caracterizar-se-iam pela idade relativamente recente, pelo seu rápido crescimento, pelo empreendimento de natureza especulativa que representam, pelo cosmopolitismo de seus quadros demográficos e pelo dinamismo de sua vida urbana. É quanto se percebe em Marília ou Londrina, Rio preto ou

26 Trata-se das obras do sociólogo, sugestivamente intituladas *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, publicados pela Editora José Olímpio, do Rio de Janeiro.

27 PETRONE, Pasquale — *Obra citada*.

28 Ver Pierre George, *La Ville*, obra citada.

Campina Grande, Uberaba ou Campo Grande.

Naturalmente, consideramos dentro das condições acima as unidades urbanas que atingiram uma certa maturidade, e não necessariamente aquelas decorrentes de fenômenos de pioneirismo, ainda em fase de desenvolvimento comum a esse tipo de fenômeno. Neste último grupo poderiam ser enquadradas outras unidades urbanas, que, entretanto, quando melhor definidas, após o período de desenvolvimento de cidade cogumelo, poderiam pertencer a outros tipos. Pensamos, por exemplo, nas cidades das áreas pioneiras do oeste, catarinense, sudoeste paranaense ou norte do Espírito Santo. Xapecó, Joaçaba, Xanxerê, Pato Branco, Cascavel, São Francisco, Mantena e outras, possuem aspectos particulares que as diferenciam das cidades de tipo paulista.

Com certa propriedade, também, não é difícil distinguir uma família de cidades fruto do processo de colonização estrangeira em áreas do Sul e Sudeste do país. O fato de todas elas terem surgido — às vezes planejadas — dentro de um processo de povoamento orientado, as características que apresentam, decorrentes do modo de construir por parte de alemães, italianos ou eslavos, a própria população — freqüentemente denotando sua origem no aspecto físico ou nos seus hábitos — tudo leva a distinguir esse dos demais núcleos urbanos brasileiros. Caxias do Sul ou Blumenau, Santa Tereza ou Novo Hamburgo, Joinville ou Nova Trento, e muitos outros, são exemplo significativos.

Da mesma forma, talvez seja possível falar em uma família de cidades amazônicas, ou em uma família de cidades das zonas semi-áridas do Brasil de Nordeste. Sugestões que um estudo acurado pode ou não revalidar ou completar.

De qualquer forma, a distinção das famílias de cidades brasileiras pode servir de complementação à interpretação dos fenômenos de conquista do espaço brasileiro, com poucas exceções até o presente baseada principalmente na consideração dos quadros de conjunto.

Como dissemos, trata-se de notas sobre alguns aspectos e problemas das cidades brasileiras. Muito gerais, não permitem chegar a verdadeiras conclusões. Fazem entrever, todavia, como de resto foi o sentido de sua apresentação, a possibilidade de sugerir alguns estudos de profundidade sobre aspectos que nos parecem de grande valor dentro do processo científico de interpretação da realidade brasileira. Referimo-nos especialmente ao problema do anti-urbanismo colonial e bases do desenvolvimento moderno dos quadros urbanos brasileiros; ao fenômeno urbano nas suas relações com os processos de povoamento; ao fenômeno urbano como elemento base na orientação e planejamento do espaço brasileiro.